

MUNICÍPIOS



A seção que inaugura o tema Municípios neste boletim trata da repercussão da proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo entre entidades representativas dos municípios. Ao desamparar os mais pobres, a proposta prejudica os municípios, pois certamente aumentarão as demandas por serviços sociais das prefeituras. Apesar disso duas das três entidades municipalistas nacionais defendem a iniciativa do governo: a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Apenas a Associação Brasileira de Municípios (ABM) critica a proposta.

A reforma da Previdência e os municípios brasileiros

As entidades nacionais de municípios vêm se posicionando em relação à reforma da Previdência anunciada pelo governo, mesmo antes de sua entrega ao Congresso Nacional.

A Associação Brasileira de Municípios tem se posicionado contrária a tal reforma, enquanto a Confederação Nacional dos Municípios e a Frente Nacional de Prefeitos têm se posicionado favoravelmente à medida.

O presidente da Frente Nacional de Prefeitos e prefeito de Campinas (SP), Jonas Donizete, em reunião com o ministro Paulo Guedes, no dia 30 de janeiro, afirmou que a entidade apoia a reforma, desde que abranja também os municípios. A Frente Nacional de Prefeitos, criada em 1990 a partir da iniciativa da então prefeita pelo PT da cidade de São Paulo, Luiza Erundina, inicialmente como uma articulação de prefeitos e prefeitas de capitais, congrega fundamentalmente as maiores cidades, tendo como foco as cidades com mais de oitenta mil habitantes. A maioria dos municípios representados pela FNP têm

Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Por sua vez, o presidente da CNM, ex-prefeito de Saldanha Marinho (RS), Glaudemir Aroldi, também em reunião com o ministro Paulo Guedes, no dia 12 de fevereiro, reafirmou o apoio da entidade à reforma da Previdência. A CNM, criada na década de 1980, congrega principalmente as pequenas cidades, a maioria das quais se mantêm no Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

O presidente da ABM, prefeito de São Leopoldo (RS), Ary Vanazzi, em nota, posicionou-se contrário à reforma da Previdência como tem sido apresentada pelo governo, por entender que essa reforma ampliará a pobreza nas cidades brasileiras, rebaixando no atendimento das prefeituras. A ABM é a entidade municipalista mais antiga do país, tendo sido fundada em 1946.

A discussão sobre a relação dos municípios com a reforma da Previdência vem, portanto, acentuando as diferenças entre as entidades nacionais de municípios.

Entre os 5570 municípios brasileiros, 2095 têm Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Os demais 3475 participam do RGPS. Esses RPPS tiveram, em 2016, um superávit de onze bilhões de reais, ou seja, em situação muito diferente dos estados e da União. Além disso, cerca de metade deles está com sua situação regular frente às exigências até então mantidas pelo extinto Ministério da Previdência.

Por outro lado, a Previdência tem tido papel fundamental na economia da maioria dos municípios brasileiros. Para se ter ideia de sua importância, em mais de 80% deles os recursos da Previdência superam o valor da arrecadação própria e em cerca de 70% superam o valor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A maioria dos municípios brasileiros, quase todos os do Norte, com exceção de Manaus, e todos os do Nordeste, são receptores de recursos da Previdência, ou seja, nesses municípios os benefícios da Previdência superam os valores arrecadados com as contribuições. Como quase 70% desses benefícios são de até um salário míni-

mo, eles funcionam como renda mínima na maioria dos municípios mais pobres, garantindo algum dinamismo ao comércio local, uma vez que esses recursos ficam na cidade. Ou seja, em boa parte dos municípios brasileiros, particularmente os menores e mais pobres, os benefícios da Previdência Social atuam como forte fonte de renda da população e como fator de dinamização da economia local.

Portanto, além de não representar solução de economia para as prefeituras da maioria dos municípios brasileiros, a reforma da Previdência, tal como está sendo apresentada pelo governo, levará à ampliação da pobreza, particularmente daqueles setores que hoje vivem da aposentadoria rural e de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e pensões, com forte efeito sobre as mulheres e a população idosa, impacto na economia das cidades mais pobres e consequente aumento da demanda por serviços públicos, principalmente na área da assistência social.